



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PE**

REF.:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023

OBJETO: Contratação de empresas especializadas prestação de serviço de locação de ambulâncias do TIPO B (Unidade de Suporte Básico) e TIPO D (Unidade de Suporte Avançado), com condutor, sem combustível, com equipamentos médicos-hospitalares, e com a manutenção preventiva e corretiva, a suprir as necessidades dos serviços municipais de saúde, em 02 (dois) lotes, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Apêndice I deste Termo de Referência.

A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº12.532.358/0001-44, inscrição municipal nº 72104087, inscrição estadual nº 0035072600050, localizada na Avenida Francisco Firmo de Matos, nº 46, Eldorado, Contagem/MG – CEP: 32315-020, por seu representante legal infra assinado, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023**:

1º PERGUNTA:

Edital solicita:

- e. **Composição de Preços Unitários**, modelo anexo ao Edital, preenchida e assinada, em formato PDF e excel dos serviços que compõem a Planilha Orçamentária;
- f. **Planilhas de Composições de Custo Unitário** das Taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e das Taxas de Encargos Sociais, incidentes para os serviços previstos na Planilha Orçamentária discriminando todas as parcelas que o compõem, em formato PDF (modelo anexo);
- g. **Cronograma físico Financeiro**, em formato PDF, modelo anexo, observando-se as etapas e prazos de execução estabelecido neste Projeto Básico e seus Anexos.

- a) Esses documentos devem ser apresentados JUNTO com a PROPOSTA INICIAL ou seria somente junto com a PROPOSTA FINAL/AJUSTADA?
- b) Edital não traz os modelos. O órgão poderia publicar ou podemos usar o modelo próprio da empresa?

2º PERGUNTA:

As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real/presumido, através da escrituração digital SPED (ECD), conforme dispõe os art. 3º da Instrução Normativa RFB nº. Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de MARÇO de 2015 da Receita Federal do Brasil, possui o prazo de até o último dia útil do mês de maio de 2023 para apresentar seu balanço de 2012. Diante disso, tendo em vista a data de abertura do presente certame ser 17/05/2023, entendemos que o balanço a ser apresentado por essas empresas é referente ao exercício de 2021. Nosso entendimento está correto?



3º PERGUNTA:

Edital informa na pág. 17:

LOTE I LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA – TIPO B (UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO)		
DESCRIÇÃO	UND	QUANT
LOCAÇÃO DE VEÍCULO OPERACIONAL PARA USO COMO AMBULÂNCIA, TIPO FURGÃO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 110CV, COMBUSTÍVEL DIESEL, TRANSMISSÃO MANUAL, SUPORTE BÁSICO (TIPO B, CONFORME PORTARIA 2048/2002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE), EQUIPAMENTOS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	UND	01
PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA TIPO CONDUCTOR PARA AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM JORNADA DE TRABALHO DE 12 X 36 HORAS, DIURNO, COM INSALUBRIDADE DE 20%	POSTO DE TRABALHO	01
PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA TIPO CONDUCTOR PARA AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM JORNADA DE TRABALHO DE 12 X 36 HORAS, NOTURNO, COM INSALUBRIDADE DE 20%	POSTO DE TRABALHO	01

Isso quer dizer que o órgão deseja a locação apenas de 1 ambulância com 1 condutor no período diurno e 1 condutor no período noturno?

Caso nosso entendimento esteja errado, nos informe, por favor, **quantos veículos e profissionais (em cada turno) o órgão deseja.**

4º PERGUNTA:

Edital informa na pág. 17:

LOTE II LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA – TIPO D (UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO)		
DESCRIÇÃO	UND	QUANT
LOCAÇÃO DE VEÍCULO OPERACIONAL PARA USO COMO AMBULÂNCIA, TIPO FURGÃO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 110CV, COMBUSTÍVEL DIESEL, TRANSMISSÃO MANUAL, SUPORTE AVANÇADO (TIPO D, CONFORME PORTARIA 2048/2002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE), EQUIPAMENTOS, E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	UND	02
PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA TIPO CONDUCTOR PARA AMBULÂNCIA TIPO D (SUPORTE AVANÇADO - TIPO UTI), COM JORNADA DE TRABALHO DE 12 X 36 HORAS, DIURNO, COM INSALUBRIDADE DE 20%	POSTO DE TRABALHO	02
PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA TIPO CONDUCTOR PARA AMBULÂNCIA TIPO D (SUPORTE AVANÇADO - TIPO UTI), COM JORNADA DE TRABALHO DE 12 X 36 HORAS, NOTURNO, COM INSALUBRIDADE DE 20%.	POSTO DE TRABALHO	02

Isso quer dizer que o órgão deseja a locação de 2 ambulâncias com 1 condutor no período diurno e 1 condutor no período noturno cada uma delas?

Caso nosso entendimento esteja errado, nos informe, por favor, **quantos veículos e profissionais (em cada turno) o órgão deseja.**

5º PERGUNTA:

Tendo em vista que o órgão deseja apenas motorista + ambulância, os profissionais da saúde que atuarão nas ambulâncias (ex: médicos e enfermeiros), serão de responsabilidade do órgão ou da empresa contratada?



6º PERGUNTA:

Edital informa na pág. 18

ONSERVAÇÃO 2: Cada posto de trabalho é composto por 02 (dois) motoristas.

No item 1 o órgão informa que deseja:

LOTE I LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA – TIPO B (UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO)		
DESCRIÇÃO	UND	QUANT
LOCAÇÃO DE VEICULO OPERACIONAL PARA USO COMO AMBULANCIA, TIPO FURGAO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 110CV, COMBUSTIVEL DIESEL, TRANSMISSÃO MANUAL, SUPORTE BÁSICO (TIPO B, CONFORME PORTARIA 2048/2002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE), EQUIPAMENTOS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	UND	01
PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA TIPO CONDUZIR PARA AMBULANCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM JORNADA DE TRABALHO DE 12 X 36 HORAS, DIURNO, COM INSALUBRIDADE DE 20%	POSTO DE TRABALHO	01
PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA TIPO CONDUZIR PARA AMBULANCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM JORNADA DE TRABALHO DE 12 X 36 HORAS, NOTURNO, COM INSALUBRIDADE DE 20%	POSTO DE TRABALHO	01

Ficamos sem entender.

O órgão deseja a locação de quantas ambulancias?

Se for somente uma, como 2 motoristas irão atuar ao mesmo tempo na ambulância?

7º PERGUNTA:

Edital informa:

09.01.44 - A CONTRATADA deverá realizar treinamento de utilização dos equipamentos sempre quando for solicitado ou quando um novo equipamento for disponibilizado.

Como deverá ser esses treinamentos?

- Quantas pessoas farão parte dos treinamentos?
- O órgão disponibilizará local para realização dos treinamentos?
- Em qual horário deverão ser realizados esses treinamentos?

8º PERGUNTA:

Edital informa que seu estimado é:

VALOR MÁXIMO TOTAL - LOTE I LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA – TIPO B (UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO)	R\$ 290.077,32
VALOR MÁXIMO TOTAL - LOTE II LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA – TIPO D (UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO)	R\$ 635.156,16
VALOR TOTAL GERAL	R\$ 925.233,48

Somando os valores dos lotes 1 e 2, o valor total seria de R\$ 943.233,48 e não R\$ 925.233,48, conforme informa o edital. Assim

- qual valor devemos considerar? R\$ 943.233,48 ou R\$ 925.233,48?
- Se o valor total correto for de R\$ 925.233,48, qual é o valor correto UNTÁRIO de cada item?



9º PERGUNTA:

O edital solicita ao todo a locação de 03 ambulâncias, diante disso, os veículos deverão ser entregues em uma única remessa ou deverão ser entregues de forma gradativa?

10º PERGUNTA:

O edital informa, como uma das obrigações da CONTRATADA:

09.01.18 - Atender às solicitações requeridas pela CONTRATANTE de remoção de pacientes na Região Metropolitana do Recife.

Diante disso, pergunta-se: Quais cidades compreendem a região metropolitana de Recife, abrangida na prestação de serviços?

11º PERGUNTA:

No veículo ambulância, será utilizado o componente/reagente ARLA 32 (ARLA 32: atua nos sistemas de exaustão como agente redutor de até 98% das emissões de óxidos de nitrogênio (NOx), transformando-os em vapor d'água e nitrogênio)? Se sim, de quem será a responsabilidade por fornecer esse produto?

12º PERGUNTA:

Em qual momento será liberado o modelo para realização da plotagem das ambulâncias? Fazemos essa pergunta, pois tal serviço demanda prazo.

13º PERGUNTA:

O edital informa:

06.04 - O **objeto** deste Termo de Referência **deverá ser entregue** pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador/Contratante, nos endereços indicados pela Secretaria de Saúde, de **segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs.**

Ocorre que, o edital NÃO INFORMA EM MOMENTO ALGUM O PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO. Assim, qual o prazo para entrega do objeto licitado?

14º PERGUNTA:

Os veículos deverão ficar estacionados em algum local determinado pelo órgão ou deverão comparecer no local da remoção somente após o chamado?

15º PERGUNTA:

Os veículos serão utilizados em vias pavimentadas e não pavimentadas?



16º PERGUNTA:

Em relação aos profissionais que serão empregados na prestação de serviço gostaríamos de saber: - Qual deverá ser o modo de contratação desses profissionais, CLT ou contrato particular (pessoa jurídica ou pessoa física)? Ou ficaria a critério da CONTRATADA decidir isso?

Contagem, 10 de maio de 2023.

Gilberto de F Pessoa Moreira

A & G SERVICOS MEDICOS LTDA
12.532.358/0001-44

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
REPRESENTANTE LEGAL
RG: MG-12.229.063 - CPF:068.353.546-31

A & G Serviços Médicos Ltda
12.532.358/0001-44
Av. Francisco Firmo de Matos-46
Eldorado- Contagem- MG
CEP: 32.265-470



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1986305292

NOME
 GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
 085720143 MT MG

CPF
 068.353.546-31

DATA NASCIMENTO
 11/11/1984

FILIAÇÃO
 ANTONIO CELSO PESSOA G MOREIRA
 MARIA SOCORRO FARIA MOREIRA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
 B

Nº REGISTRO
 04777552873

VALIDADE
 26/12/2024

1ª HABILITAÇÃO
 08/10/2009

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 DIAMANTINA, MG

DATA EMISSÃO
 26/12/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

50141219564
 MG568180917

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31208924626

Código da Natureza Jurídica

2062

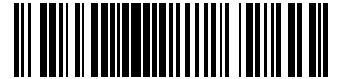
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: A & G SERVICOS MEDICOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



PEP2300017027

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

CONTAGEM

Local

9 JANEIRO 2023

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9916436 em 13/01/2023 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 230183140 - 11/01/2023. Autenticação: 1C36F5454238E5A8F25BB2C7A4EDAACC8B3B2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/018.314-0 e o código de segurança HPBm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/018.314-0	PEP2300017027	11/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**12º ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA EMPRESA
A & G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ 12.532.358/0001-44
NIRE 312.089.246.2-6**

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, médico, nascido aos 11/11/1984, inscrito no CRM/MG sob o nº 51.801, portador da carteira de identidade nº MG – 12.229.063, expedida pela SSP/MG e do CPF 068.353.546-31, residente e domiciliado à Rua Doutor Marco Paulo Simon Jardim, nº 980, Apto. 501, Torre 1, Bairro Piemonte, CEP 34.006-200, no município de Nova Lima/MG.

MATEUS DE CASTRO MARCHINI, brasileiro, casado sob regime de separação de bens, médico, nascido aos 02/02/1987, inscrito no CRM/MG 57.075, portador do Documento de identidade nº MG – 10.643.401, expedida pela SSP/MG e do CPF 070.396.276-04, residente e domiciliado à Rua Rubi, nº 550, Alphaville, Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-062, no município de Nova Lima/MG

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada “**A&G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**”, com sede na Avenida Francisco Firme de Matos, nº 46, Bairro Eldorado, CEP 32.265-470, no município de Contagem/MG, devidamente registrada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 312.089.246.2-6 em 14/09/2010, resolvem que a partir desta data, seu contrato social se regerá pelo Novo Código Civil Brasileiro CC/2002, mediante as cláusulas e condições seguinte:

RESOLVEM alterar as seguintes cláusulas do contrato social, de acordo com as cláusula e condições a seguir, nas suas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária:

I – ABERTURA DE FILIAL

A sociedade resolve abrir uma nova filial situada na R VIS DO LIVRAMENTO, 113 - CXPST:196 – PAISSANDU, RECIFE – PERNAMBUCO, CEP: 52.010-055, com o mesmo objeto social da matriz.

II – DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro – Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições, não alteradas pelo presente instrumento.

Parágrafo Segundo – O sócio delibera, através do presente instrumento, promover a consolidação do contrato Social da empresa, que passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PRIMEIRA – DA NATUREZA E DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade é de natureza EMPRESÁRIA, sob a forma limitada, com o nome empresarial de “**A & G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**”, e adota como nome de fantasia a expressão “**CMD SAÚDE**”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE

A sociedade é sediada Avenida Francisco Firme de Matos, nº 46, Bairro Eldorado, CEP 32.265-470, no município de Contagem/MG.



Paragrafo Único: A sociedade possui uma nova filial situada na R VIS DO LIVRAMENTO, 113 - CXPST:196 – PAISSANDU, RECIFE – PERNAMBUCO, CEP: 52.010-055.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 01/09/2010 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social as atividades de: atendimento médico hospitalar, com internação em prontos socorro e unidades de atendimento a urgência; UTI móvel; medicina do trabalho, locação de ambulâncias com ou sem motorista; serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho; as atividades de assessoria e consultoria em áreas profissionais, científicas e técnicas; aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; serviços combinados de escritório e apoio administrativo, tais como, serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento e preparação de material para envio por correio; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; atividade de consulta e tratamento médico prestadas à pacientes externos exercidas em consultórios, ambulatórios, postos de assistência médica, clínicas médicas, clínicas oftalmológicas e policlínicas, consultórios privados em hospitais, clínicas de empresas, bem como realizadas no domicílio do paciente; laboratórios clínicos; atendimento médico domiciliar; serviços móveis de atendimento a urgências; as atividades prestadas por médicos autônomos ou constituídos como empresas individuais e que exercem a profissão em consultórios de terceiros ou em unidades hospitalares, inclusive os anestesistas; serviços de remoção de pacientes, as atividades de consulta e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios odontológicos, em hospitais, em clínicas de empresas, bem como, no domicílio do paciente; atividades realizadas por enfermeiros, nutricionistas, psicólogos e psicanalistas, fisioterapeutas realizadas em centros e núcleos de reabilitação física, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos; outras atividades de serviços profissionais da área de saúde, terceirização serviços médicos e segurança do trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), divididos em 500.000 (quinhentasmil) quotas, no valor unitário de R\$1,00 (um real) cada, totalmente integralizados em moeda corrente vigente no País e distribuído ente os sócios na seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA	450.000	R\$ 450.000,00	90%
MATEUS DE CASTRO MARCHINI	50.000	R\$ 50.000,00	10%
TOTAL	500.000	R\$500.000,00	100%

1º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.(art. 1.052, CC/2002)

2º - Estando totalmente integralizado o capital social, os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, sendo vedado aos sócios e administradores o uso da sociedade ou de sua denominação social para finalidades estranhas aos interesses sociais, tais como avais ou fianças.



CLÁUSULA SEXTA- DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO

A sociedade será administrada pelos sócios **GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA** e **MATEUS DE CASTRO MARCHINI** que assinam em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do (s) outro(s) sócio(s). (arts. 997, VI; 1.015, 1064, CC/2002).

CLÁUSULA OITAVA – DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 1.065, CC/2002).

1º - A critério dos quotistas, a sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais, semestrais, anuais e extraordinários para fins contábeis, dando aos lucros ou prejuízos apurados o fim que melhor lhes convier.

2º - Os lucros apurados nestes balanços poderão, a critério dos sócios, serem distribuídos proporcionalmente à participação social de cada quotista, ou mesmo desproporcional (neste caso será feito documento assinado por todos os quotistas concordando com a distribuição desproporcional), ou ainda permanecerem em conta de lucros acumulados ou reservas de lucros para posterior destinação.

3º - Também as perdas e prejuízos apurados nestes balanços, poderão ser absorvidos pelos sócios proporcionalmente à participação de cada um ou permanecerem em conta de prejuízos acumulados.

4º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, 2º e art. 1.078, CC/2002)

5º - A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimonial em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios quotistas, a título de Antecipação de lucros, proporcionalmente às cotas de capital de cada um.

CLÁUSULA NONA – DAS FILIAIS

A sociedade não possui filial(ais), mas fica com poderes de constituir filiais a qualquer momento mediante a necessidade da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RETIRADA DO PRÓ-LABORE



Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FALECIMENTO DE SÓCIO OU INTERDIÇÃO

Falecendo ou sendo internado qualquer sócio a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse desses ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

1º - Fica ressalvado aos herdeiros o direito de renúncia em participar da sociedade, e, neste caso, a pedido deles, será procedido balanço, com o prazo de 30 (trinta) dias, demonstrando situação da empresa à época do falecimento, apurando-se o valor contábil da participação do sócio falecido, servindo este como base para pagamento dos sócios renunciantes.

2º - Caso seja exercida a opção prevista no parágrafo anterior, o pagamento deverá ser efetivado de acordo com as disponibilidades do sócio adquirente ou da sociedade, sem que evidentemente a forma de pagamento inviabilizem o negócio jurídico.

3º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.(arts. 1.028 e 1.031,CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – HABILITAÇÃO LEGAL

Os sócios e administradores declaram, expressamente, que estão excluídos dos impedimentos previstos no 1º. do artigo 1.011, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO EXERCÍCIO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS

Nos termos da legislação vigente, o exercício financeiro/contábil com o ano civil, ou seja, do dia 01 de janeiro a 31 de dezembro, sendo que a cada período de doze meses proceder-se-á ao Balanço Geral da Sociedade, cujos lucros ou Prejuízo verificados serão por opção dos sócios capitalistas, lançados em conta de reserva ou distribuídos entre os sócios, podendo ser distribuído desproporcionalmente às quotas de capital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos entre os quotistas. Na impossibilidade de composição amigável, serão aplicadas, supletivamente, as normas previstas na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LEGISLAÇÃO SUPLETIVA

Em conformidade com o parágrafo único do art. 1.053 da Lei 10.406/02 (CC/02), essa sociedade rege-se supletivamente pelas normas da sociedade anônima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Contagem/MG, como único componente para apreciar ou dirimir quaisquer dúvidas surgidas com a interpretação do presente instrumento, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que lhes possa ser assegurado em razão de domicílio.



Assim, por estarem acordados, obrigam-se a fielmente cumprir, em todos os seus termos, as cláusulas e condições caracterizadas no corpo desse instrumento, E, por estarem assim justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento.

Contagem/MG, 10 de janeiro de 2023.

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA

Sócio Administrador

MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Sócio administrador



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9916436 em 13/01/2023 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 230183140 - 11/01/2023. Autenticação: 1C36F5454238E5A8F25BB2C7A4EDAACC8B3B2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/018.314-0 e o código de segurança HPBm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/018.314-0	PEP2300017027	11/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9916436 em 13/01/2023 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 230183140 - 11/01/2023. Autenticação: 1C36F5454238E5A8F25BB2C7A4EDAACC8B3B2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/018.314-0 e o código de segurança HPBm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 8/11



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 23/018.314-0 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 9916436 em 13/01/2023 da empresa 3120892462-6 A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
2690204110-1	12.532.358/0003-06	RUA VIS DO LIVRAMENTO 113 CXPST 196 - BAIRRO PAISSANDU CEP 52010-055 - RECIFE/PE

13 de jan de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9916436 em 13/01/2023 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 230183140 - 11/01/2023. Autenticação: 1C36F5454238E5A8F25BB2C7A4EDAACC8B3B2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/018.314-0 e o código de segurança HPBm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 9/11



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, de NIRE 3120892462-6 e protocolado sob o número 23/018.314-0 em 11/01/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9916436, em 13/01/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Wilson Luiz de Freitas Dias.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Belo Horizonte. sexta-feira, 13 de janeiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por Wilson Luiz de Freitas Dias, Servidor(a) Público(a), em 13/01/2023, às 12:06 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 23/018.314-0.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. sexta-feira, 13 de janeiro de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9916436 em 13/01/2023 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 230183140 - 11/01/2023. Autenticação: 1C36F5454238E5A8F25BB2C7A4EDAACC8B3B2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/018.314-0 e o código de segurança HPBm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL